PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO 2018

O Conselho Fiscal da Organização Aldeias Infantis SOS Brasil, em cumprimento às disposições estatutárias, examinou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados e considerando o parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes *BDO RCS Auditores Independentes*, datado de 14 de março de 2019, é de opinião que as demonstrações financeiras acima referidas estão em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 14 de março de 2019.

Firmino Mauro Custódio

José Ricardo de Moraes Pinto

Daniel Berselli Marinho

André Dinis Gouvinhas

Clóvis Antonio Pereira Pinto

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação - São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Diretores da
Aldeias Infantis SOS Brasil
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Aldeias Infantis SOS Brasil ("Associação")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Aldeias Infantis SOS Brasil** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

BDO RCS Auditores Associados Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2019.

BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/O-8

Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132091/O-0

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Ativo

	Notas	2018	2017 (Reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.913.450	5.412.923
Recursos vinculados a projetos	5	490.506	578.086
Ativos financeiros disponiveis para venda	6	-	388.956
Venda de ativos a receber		27.739	-
Aluguéis a receber		408.578	250.708
Doação - Cartão de crédito		607.729	534.726
Adiantamentos a empregados		423.467	199.959
Adiantamento a fornecedores		15.000	103.567
Despesas antecipadas		43.988	35.670
Outros créditos	7	266.001	237.859
		14.196.458	**7.742.454**
Não circulante			
Depósitos judiciais	14	311.186	221.512
Depósitos em caução de aluguel		141.090	136.839
Propriedades para investimentos	9	1.944.453	2.006.850
Imobilizado	10	14.821.501	15.262.570
Intangivel		64.861	33.434
		17.283.091	**17.661.205**
Total do ativo		**31.479.549**	**25.403.659**

Passivo e patrimônio liquido

	Notas	2018	2017 (Reapresentado)
Circulante			
Fornecedores		208.241	443.333
Obrigações trabalhistas	11	2.731.369	2.863.481
Obrigações tributárias		121.203	92.572
Receita diferida	12	370.833	256.307
Promessa de venda de imóvel	13	4.700.000	-
Outras contas a pagar		87.348	268.755
		8.218.994	**3.924.448**
Não circulante			
Receita diferida	12	5.058.655	5.078.454
Provisão para demandas judiciais	14	202.460	130.608
		5.261.115	**5.209.062**
Patrimônio líquido	15		
Patrimônio social		16.270.149	14.937.714
Superávits acumulado		1.729.291	1.301.016
Ajustes de avaliação patrimonial		-	31.419
		17.999.440	**16.270.149**
Total do passivo e patrimônio líquido		**31.479.549**	**25.403.659**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

	Notas	2018	2017
Receitas			
Doações internacionais	17.1	11.422.317	12.610.409
Subsídios governamentais	17.2	25.705.750	22.975.173
Doações nacionais	17.3	13.841.272	11.741.162
Aluguéis	9	2.623.874	2.129.969
Receitas com trabalho voluntário	23	501.067	205.448
		54.094.280	**49.662.161**
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	18	(27.000.996)	(28.834.407)
Despesas gerais e administrativas	19	(21.010.105)	(18.864.518)
Despesas com captação de doações voluntárias	20	(3.182.813)	(6.803.011)
Depreciação		(1.065.398)	(1.067.809)
Redução do valor recuperável		-	(83.636)
Despesas com trabalho voluntário	23	(501.067)	(205.448)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	21	506.586	7.692.799
		(52.253.793)	**(48.166.030)**
Superávit operacional antes do resultado financeiro		**1.840.487**	**1.496.131**
Despesa financeira	22	(497.194)	(301.281)
Receita financeira	22	385.998	106.166
Resultado financeiro líquido		**(111.196)**	**(195.115)**
Superávit do exercício		**1.729.291**	**1.301.016**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

	2018	2017
Superávit do exercício	1.729.291	1.301.016
Resultado abrangente do exercício	1.729.291	1.301.016

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Em Reais)

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávits/(Déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	**21.285.708**	**31.419**	(6.347.994)	**14.969.133**
Incorporação do déficit ao patrimônio social	(6.347.994)	-	6.347.994	-
Superávit do exercício	-	-	1.301.016	1.301.016
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**14.937.714**	**31.419**	**1.301.016**	**16.270.149**
Incorporação do superávit ao patrimônio social	1.301.016	-	(1.301.016)	-
Superávit do exercício	-	-	1.729.291	1.729.291
Realização de ativo financeiro	31.419	(31.419)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**16.270.149**	**-**	**1.729.291**	**17.999.440**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.729.291	1.301.016
Ajustes por:		
Depreciação	1.065.398	1.067.809
Reduçao ao valor recuperável	-	83.634
Valor residual do ativo imobilizado baixado	6.282	238.190
Aumento/(redução) em provisões para demandas judiciais	347.939	(334.870)
Atualização de depósitos judiciais	(239.137)	(90.677)
Receita diferida	94.727	(122.496)
	3.004.500	2.142.606
Aumento/(redução) em ativos		
Recursos vinculados a projetos	87.580	(578.086)
Ativos financeiros disponíveis para venda	388.956	(203.265)
Venda de ativos a receber	(27.739)	143.500
Aluguéis a receber	(157.870)	(156.789)
Doação - Cartão de crédito	(73.003)	(534.726)
Adiantamento a empregados	(223.508)	172.477
Adiantamento a fornecedores	88.567	(35.186)
Despesas antecipadas	(8.318)	19.134
Outros créditos	(28.142)	279.367
Depósitos em caução de aluguel	(4.251)	(32.100)
Imóveis disponíveis para venda	-	70.658
Depósitos judiciais	(92.976)	(21.434)
Aumento/(redução) em passivos		
Fornecedores	(235.092)	224.241
Obrigações trabalhistas	(132.112)	37.568
Obrigações tributárias	28.631	(11.478)
Pagamento de demandas judiciais	(33.648)	(135.900)
Outras contas a pagar	(181.407)	38.932
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**2.400.168**	**1.419.519**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(599.641)	(346.132)
Promessa de venda de imóvel	4.700.000	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**4.100.359**	**(346.132)**
Aumento gerado do caixa e equivalentes de caixa	**6.500.527**	**1.073.387**
Caixa e equivalentes de caixa		
No inicio do período	5.412.923	4.339.536
No fim do período	11.913.450	5.412.923
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**6.500.527**	**1.073.387**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Aldeias Infantis SOS Brasil ("Associação" ou "Aldeias") é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, exclusivamente de finalidade filantrópica e cultural, com sede social na Rua José Antônio Coelho, 400 - Vila Mariana - São Paulo - SP e 20 filiais distribuídas em 10 Estados e no Distrito Federal. A Associação tem por finalidade criar, implantar, organizar, administrar e fiscalizar os Projetos SOS destinados a prestar assistência, dar formação a crianças que, por qualquer motivo, foram privadas da ação educativa da família, sem distinção de raça, cultura ou credo religioso. Os recursos financeiros necessários para a manutenção das atividades são originados, basicamente, de doações de padrinhos (doadores voluntários), sócios nacionais e estrangeiros e financiamentos públicos e privados.

Em 2018, a Administração renovou e realizou diversos convênios Municipais, Estaduais e Federais, gerando receitas no exercício no valor de R$ 25.705.750 (R$ 22.975.173, em 2017), com o objetivo de promover a convivência familiar e comunitária, e a prevenção à violação de direitos da crianças e adolescentes, com ações como acolhimento institucional, música, artes, capacitação profissional, escolarização e oficinas de promoção de cidadania.

Em 2013 a SOS Kinderdorf International criou o Sustainable Path Implementation Fund ou Fundo de Implementação da Via Sustentável (SPIF). O principal objetivo do SPIF é auxiliar 35 países, entre eles o Brasil, a alcançar a autonomia financeira até 2020. Nos quatros primeiros anos (2014, 2015, 2016 e 2017), os recursos obtidos foram aplicados na formação da infraestrutura necessária para a Captação de Recursos e na reestruturação dos Programas.

Em 2018 houve uma redução no investimento na captação por ausência de financiador externo o que levou a uma renegociação da data limite da auto sustentabilidade para 2022.

Em 31 de dezembro de 2018, a Associação era composta por 20 programas, constituídas, principalmente, por Casas Lares ("Aldeias") e Centros Sociais.

Segue o número de atendimentos realizados nos dois períodos (dados não auditados):

Estado	Cidade	Atendidos			
		Casa Lar	Centro social	Atendidos indiretos	Total
AM	Manaus	5	165	80	250
BA	Lauro Freitas	25	65	-	90
DF	Brasília	7	79	93	179
MG	Juiz de Fora	-	249	166	415
PB	João Pessoa	-	205	164	369
PE	Igarassu	28	295	244	567
PR	Foz do Iguaçu	37	254	502	793
PR	Goioerê	26	-	-	26
RJ	Rio de Janeiro	-	200	172	372
RN	Caicó	27	312	185	524
RN	Natal	27	61	37	125
RS	Porto Alegre	56	-	-	56
RS	Santa Maria	22	30	-	52
SP	Campinas	59	-	-	59
SP	Limeira	42	-	-	42
SP	Lorena	29	-	-	29
SP	Poá	25	185	48	258
SP	Rio Claro	58	1	-	59
SP	São Bernardo do Campo	20	121	62	203
SP	São Paulo	23	453	298	774
Total em 2018		516	2.675	2.051	5.242
Total em 2017		771	3.384	1.922	6.077

Atendidos indiretos, são contados apenas os que recebem apoio ou orientação da organização(como acesso a serviços diretos básicos aos menores de idade que residem na mesma residência da criança ou jovem participante direto do serviço de fortalecimento de vínculos familiares).

Em 2018 a Aldeias Infantis SOS Brasil encerrou o ano com um quadro de 558 colaboradores ativos (507 em 2017).

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da resolução 2015/ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucros e também pela NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Diretor da Associação em 14 de março de 2019.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas levando em consideração o custo histórico como base de valor, com exceção dos bens e serviços recebidos em doação, que estão mensurados pelo valor justo na data da doação.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9 e 10:** Valor residual do ativo imobilizado e propriedade para investimento como também a vida útil;
- **Nota Explicativa nº 14:** Provisão para demandas judiciais.

e. Determinação do valor justo

Determinadas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 24 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

f. Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da associação efetuou a compensação do depósito judicial e da provisão para demanda judicial referente aos mesmos processos judiciais, em razão de haver o direito legal e a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, como mencionado na Política Contábil referida na Nota 3 (b) (i), reapresentando as cifras correspondentes ao balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2017, conforme a seguir demonstrado:

	31 de dezembro 2017		
	Original	Reclassificação	Saldo (reapresentado)
Ativo			
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	2.168.883	(1.947.371)	221.512
Total do Ativo	**2.168.883**	**(1.947.371)**	**221.512**
Passivo			
Passivo não circulante			
Provisão para demandas judiciais	(2.077.979)	1.947.371	(130.608)
Total do Passivo	**(2.077.979)**	**1.947.371**	**(130.608)**

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando se transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Custo amortizado

Ativos financeiros classificados como custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recursos vinculados a projetos governamentais e parceiros

Recursos vinculados a projetos representam os saldos líquidos de recebimentos em bancos conta movimento, valores a receber, aplicações financeiras que possuem utilização restrita, subtraindo os subsídios governamentais e parcerias.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

c. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável, quando necessárias. Os ativos imobilizados recebidos em doações são mensurados a valor justo da data da doação.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

- Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

O software comprado, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

(ii) Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. Terrenos não são depreciados.
As vidas úteis médias estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercício comparativo são as seguintes:

Descrição	Anos
Edificações	45
Móveis e utensílios	10
Equipamentos	10
Computadores e periféricos	5
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d. Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo de aquisição. As propriedades para investimento recebidas em doações são mensurados a valor justo da data da doação. Subsequentemente, são deduzidas de depreciação, calculada com base na vida útil dos bens, adotando os mesmos critérios indicados no item (c) (iii), anterior. Alterações no valor justo não são reconhecidas no resultado em razão de a Associação utilizar o custo como base para contabilização.

e. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

f. Provisões, passivos - circulante e não circulante

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

g. Receita diferida

As doações recebidas pela Associação que possuem restrição de uso e que somente podem ser empregadas na construção de ativos imobilizados previamente aprovados pelos doadores são registradas no ativo imobilizado em contrapartida a uma receita diferida no passivo, e serão apropriadas ao resultado do período no mesmo prazo das despesas de depreciação dos bens construídos com os recursos das doações.

h. Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência. A Associação possui quatro principais tipos de receita: doações internacionais; subsídios governamentais; doações nacionais e aluguéis.

As receitas com doações internacionais e receitas com doações nacionais são reconhecidas no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função de a Associação não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente recebidas.

As receitas com aluguéis são reconhecidas de acordo com o período de competência da locação do imóvel.

As doações com subsídios governamentais são reconhecidas de acordo com o requerido na NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o caixa em contrapartida a um passivo relacionado a projetos a executar, no passivo circulante. Quando o subsídio governamental não é repassado no mês, mas os gastos são incorridos, o valor devido é contabilizado como Recursos a Receber Vinculados a Projetos em contrapartida a um passivo relacionado a projetos a executar, no passivo circulante (Nota Explicativa nº 5);

- **Consumo como despesa:** quando ocorrem os gastos dos recursos subsidiados são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes.

i. Trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidades de Lucros, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. A Associação registrou as receitas e despesas com trabalhos voluntários conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 23.

j. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	234.848	197.352
Aplicações financeiras	11.628.602	5.165.571
Título de capitalização	50.000	50.000
	11.913.450	**5.412.923**

Representa recursos financeiros mantidos para uso das operações da Associação.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações são remunerados, em 2018 e 2017, com base em 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Recursos vinculados a projetos

	2018	2017
Recebidos - subsídios governamentais (i)	3.146.592	2.883.257
À receber - subsídios governamentais (i)	824.646	326.807
Recebidos - parcerias privadas (ii)	538.486	761.285
Subsídios governamentais (5.1)	(3.561.886)	(2.929.045)
Parcerias privadas (5.2)	(457.332)	(464.218)
	490.506	**578.086**

(i) São recursos recebidos e ou à receber, pela Associação, dos convênios com as entidades governamentais, que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados;
(ii) Referem-se a recursos recebidos que serão utilizados durante o ano de 2019.

Os recursos vinculados estão investidos em aplicações financeiras que referem-se as aplicações e resgates automáticos pelos bancos, remunerados aos índices dos depósitos de poupança.

Associação renovou e firmou novas parcerias privadas e convênios nas esferas municipais, estaduais e federais. O reconhecimento desses subsídios será efetuado de acordo com a NBC TG 1000 (R1), subvenção governamental, de acordo com o regime de competência. Para 31 de dezembro de 2018 e 2017 o saldo é assim apresentado:

	2018 Convênio e Parcerias	2017 Convênio e Parcerias
5.1 - Subsídios Governamentais		
Subsídios Municipais		
Santa Maria - RS	(175.267)	(468.900)
Juiz de Fora - MG	(99.826)	(238.733)
São Paulo - SP	(532.820)	(355.935)
Caicó - RN	(143.725)	(144.686)
S.B.C - SP	(209.254)	(266.670)
Natal - RN	(176.028)	(317.899)
Foz do Iguaçú - PR	(292.856)	(47.959)
Poá - SP	(21.348)	(17.360)
Rio Claro - SP	(333.243)	(206.960)
Campinas - SP	(44.837)	(67.453)
Limeira - SP	(98.078)	(119.770)
Lorena - SP	(20.018)	(8.263)
Porto Alegre - RS	(225.233)	(76.858)
Acari - RN	(1.293)	(1.293)
Aracaju - SE	-	(5.989)
Poço Branco - RN	-	(17.535)
Goioerê - PR	(173.953)	(36.552)
Nova Cruz - RN	(1.341)	(1.341)
Jardim do Seridó - RN	(3.746)	(3.746)
Quarto Centenário - PR	(1.005)	(2.989)
Jardim de Piranhas - RN	-	(15.374)
Caçapava - SP	(55.073)	(54.804)
Parelhas - RN	(8.483)	(8.483)
Lauro de Freitas - BA	(15.782)	(668)
Serra Negra do Norte - RN	(163)	(15.054)
Mossoró - RN	(9.538)	-
Areia Branca - RN	(63.794)	(51.313)

	2018 Convênio e Parcerias	2017 Convênio e Parcerias
5.1 - Subsídios Governamentais		
Subsídios Municipais		
João Pessoa - PB	(175)	-
Igarassu - PE	(41.155)	(43.888)
Manaus - AM	(43.408)	(56.300)
Carnaúba dos Dantas - RN	(26.620)	-
Assu - RN	(3.063)	-
Subtotal	**(2.821.124)**	**(2.652.775)**
Subsídios Estaduais		
Caicó - RN	(10.609)	(4.882)
Juiz de Fora - MG	-	(542)
Poá - SP	-	(35.416)
Rio Claro - SP	(7.961)	(14.102)
Manaus - AM	(79.604)	(25.988)
Lauro de Freitas - BA	(47.439)	(5.885)
Foz do Iguaçú - PR	(93.955)	-
Brasilia - DF	(114.159)	-
Subtotal	**(353.727)**	**(86.815)**
Subsídios Federais		
Caicó - RN	(9.463)	(38.908)
Juiz de Fora - MG	-	(59.018)
Lauro de Freitas - BA	(58.817)	(9.812)
Limeira - SP	(19.260)	-
Poá - SP	(9.079)	(33.825)
Rio Claro - SP	(41.630)	(44.859)
Santa Maria - RS	(1.085)	(3.033)
Igarassu - PE	(191.406)	-
S.B.C - SP	(51.230)	-
Foz do Iguaçú - PR	(5.065)	-
Subtotal	**(387.035)**	**(189.455)**
Total	**(3.561.886)**	**(2.929.045)**

	2018 Convênio e Parcerias	2017 Convênio e Parcerias
5.2 - Parcerias Privadas		
Petrobrás	-	(107.299)
Alcoa	-	-
Fundação Prada	(80.000)	(30.840)
CNBB Paranoart	-	(19.400)
Copergás	-	(60.000)
Herbalife	(75.711)	(46.700)
Instituto Coca-Cola	(17.623)	(21.169)
Fundação Telefônica	(97)	-
Mapfre	(168.859)	(115.761)
Inbetta	-	(44.764)
Embaixada da Irlanda	-	(4.653)
Itaipu	-	(7.293)
IKMR	(6.339)	(6.339)
UPS	(4.782)	
ACNUR	(103.921)	-
Total	**(457.332)**	**(464.218)**
Total geral	**(4.019.218)**	**(3.393.263)**

6. Ativos financeiros disponíveis para venda

Refere-se à carteira de ações recebidas como doação por herança, apresentadas pelo valor realizável do pregão do dia 31 de dezembro de 2017, da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), apresentados da seguinte forma:

Vale S.A (VALE3) com a quantidade de 1.524 ações valorizado por R$ 61.356;
Usiminas SID de Minas Gerais (USIM6) com a quantidade de 36.000 ações valorizado por R$ 327.600.

Em 2018 as ações da Vale S.A e Usiminas foram vendidas pelo montante de R$ 364.868. Nesse mesmo perído, a Aldeias infantis recebeu doação de 8.400 ações ON da Companhia Siderúgica Nacional (CSNA3), no valor de R$ 73.752, tendo as mesmas sido vendidas dentro do exercício por R$ 75.007.

Consequentemente, a variação de valor justo de exercícios anteriores, no valor de R$ 31.419 e classificada na rubrica de "Ajuste de Avaliação Patrimonial", foi revertida para a conta de "Patrimônio Social", conforme demonstrado nas mutações do patrimônio líquido.

7. Outros créditos

	2018	2017
Adiantamento de viagem	2.117	4.459
Adiantamentos percaptas	22.727	31.952
Crédito de fornecedor de serviços	139.568	4.794
Outros créditos	101.589	196.654
	266.001	237.859

8. Contas de poupança - aportes de padrinhos

	2018	2017
Contas de poupança - Ativo	1.569.042	1.725.371
Contas de poupança - Passivo	(1.569.042)	(1.725.371)
	-	-

Referem-se a valores recebidos de padrinhos internacionais das crianças acolhidas nas famílias das Aldeias. As remessas são nominativas e mantidas em contas de poupança individualizadas, por criança, podendo ser resgatadas apenas quando da sua emancipação, sua reintegração familiar ou por ordem judicial.

Por se tratar de recursos que são administrados pela Associação, porém com a obrigação de repasse às crianças assistidas pelos padrinhos, uma obrigação por montante equivalente às contas de poupança, são registrados em conta redutora, apresentando-as pelo valor líquido.

9. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento incluem imóveis comerciais que são arrendados para terceiros. Cada arrendamento tem o valor do aluguel corrigido anualmente por indexadores que refletem a inflação do período. Renovações subsequentes são negociadas com o arrendatário. Nenhum aluguel contingente é cobrado.

As movimentações dos custos, da depreciação e da baixa nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Movimentação no exercício de 2018

Custo	Saldos em 2017 (R$)	Adições	Baixa	Saldos em 2018 (R$)
Brasília (DF)	1.085.559	-	-	1.085.559
Goioerê (PR)	249.515	-	-	249.515
Manaus (AM)	157.468	-	-	157.468
João Pessoa (PB) II	74.867	-	-	74.867
Juiz de Fora (MG)	137.327	-	-	137.327
Rio de Janeiro (RJ)	2.175.200	-	-	2.175.200
Porto Alegre (RS)	133.619	-	-	133.619
Poá (SP)	356.471	-	-	356.471
São Paulo (SP)	80.895	-	-	80.895
Lauro de Freitas (BA)	8.795	-	(8.795)	-
Total dos custos	**4.459.716**	**-**	**(8.795)**	**4.450.921**
Depreciação				
Brasília (DF)	(1.085.559)	-	-	(1.085.559)
Goioerê (PR)	(124.515)	(4.064)	-	(128.579)
Manaus (AM)	(43.047)	(3.242)	-	(46.289)
João Pessoa (PB) II	(22.347)	(1.541)	-	(23.888)
Juiz de Fora (MG)	(62.555)	(2.828)	-	(65.383)
Rio de Janeiro (RJ)	(860.708)	(35.536)	-	(896.244)
Porto Alegre (RS)	(57.485)	(2.751)	-	(60.236)
Poá (SP)	(151.400)	(8.073)	-	(159.473)
São Paulo (SP)	(39.522)	(1.295)	-	(40.817)
Lauro de Freitas (BA)	(5.728)	(106)	5.834	-
Total da depreciação	**(2.452.866)**	**(59.436)**	**5.834**	**(2.506.468)**
Saldo liquído	**2.006.850**	**(59.436)**	**(2.961)**	**1.944.453**

Movimentação no exercício de 2017:

Custo	Saldos em 2016 (Reapresentado)	Adições	Redução ao valor recuperável	Saldos em 2017 (R$)
Brasília (DF)	1.085.559	-	-	1.085.559
Goioerê (PR)	249.515	-	-	249.515
Manaus (AM)	157.468	-	-	157.468
João Pessoa (PB) I	112.052	-	(112.052)	-
João Pessoa (PB) II	74.867	-	-	74.867
Juiz de Fora (MG)	137.327	-	-	137.327
Rio de Janeiro (RJ)	2.175.200	-	-	2.175.200
Porto Alegre (RS)	133.619	-	-	133.619
Poá (SP)	356.471	-	-	356.471
São Paulo (SP)	80.895	-	-	80.895
Lauro de Freitas (BA)	8.795	-	-	8.795
Total dos custos	**4.571.768**	**-**	**(112.052)**	**4.459.716**
Depreciação				
Brasília (DF)	(1.085.559)	-	-	(1.085.559)
Goioerê (PR)	(120.525)	(3.990)	-	(124.515)
Manaus (AM)	(39.865)	(3.182)	-	(43.047)
João Pessoa (PB) I	(51.159)	(2.490)	53.649	-
João Pessoa (PB) II	(20.835)	(1.512)	-	(22.347)
Juiz de Fora (MG)	(59.780)	(2.775)	-	(62.555)
Rio de Janeiro (RJ)	(825.840)	(34.868)	-	(860.708)
Porto Alegre (RS)	(54.786)	(2.699)	-	(57.485)
Poá (SP)	(143.478)	(7.922)	-	(151.400)
São Paulo (SP)	(38.251)	(1.271)	-	(39.522)
Lauro de Freitas (BA)	(5.550)	(178)	-	(5.728)
Total da depreciação	**(2.445.628)**	**(60.887)**	**53.649**	**(2.452.866)**
Saldo líquido	**2.126.140**	**(60.887)**	**(58.403)**	**2.006.850**

As rendas de aluguéis das propriedades para investimento reconhecidas no resultado em 31 de dezembro de 2018 são de R$ 2.623.874 (R$ 2.129.969 em 2017).

10. Imobilizado

As movimentações do custo, da depreciação e da baixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas nos quadros a seguir:

Movimentação no exercício de 2018

Descrição	Saldos em 2017	Adições	Baixas	Saldos em 2018
Custo				
Terrenos	396.351	-	-	396.351
Edifícios	18.441.747	-	-	18.441.747
Móveis e utensílios	1.028.564	77.003	(1.970)	1.103.597
Veículos	1.265.304	146.331	(145.466)	1.266.169
Equipamentos e computadores	4.284.291	332.942	(10.080)	4.607.153
Total do custo	**25.416.257**	**556.276**	**(157.516)**	**25.815.017**
Depreciação				
Edifícios	(5.420.822)	(455.313)	-	(5.876.135)
Móveis e utensílios	(725.544)	(71.344)	1.565	(795.323)
Veículos	(1.002.767)	(125.393)	145.466	(982.694)
Equipamentos e computadores	(3.004.554)	(341.974)	7.164	(3.339.364)
Total da depreciação	**(10.153.687)**	**(994.024)**	**154.195**	**(10.993.516)**
Saldo líquido	**15.262.570**	**(437.748)**	**(3.321)**	**14.821.501**

Movimentação no exercício de 2017

Descrição	Saldos em 2016 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	Redução ao valor recuperável	Saldos em 2017
Custo						
Terrenos	396.351	-	-	-	-	396.351
Edifícios	17.356.298	110.403	(244.698)	1.670.160	(450.416)	18.441.747
Móveis e utensílios	1.004.254	11.310	-	13.000	-	1.028.564
Veículos	1.249.754	45.300	(29.750)	-	-	1.265.304
Equipamentos e computadores	4.126.677	179.119	(21.505)	-	-	4.284.291
Construções em andamento	1.683.160	-	-	(1.683.160)	-	-
Total do custo	**25.816.494**	**346.132**	**(295.953)**	**-**	**(450.416)**	**25.416.257**
Depreciação						
Edifícios	(5.449.826)	(411.307)	15.125	-	425.186	(5.420.822)
Móveis e utensílios	(636.776)	(88.768)	-	-	-	(725.544)
Veículos	(883.042)	(147.756)	28.031	-	-	(1.002.767)
Equipamentos e computadores	(2.669.248)	(349.913)	14.607	-	-	(3.004.554)
Total da depreciação	**(9.638.892)**	**(997.744)**	**57.763**	**-**	**425.186**	**(10.153.687)**
Saldo líquido	**16.177.602**	**(651.612)**	**(238.190)**	**-**	**(25.230)**	**15.262.570**

11. Obrigações trabalhistas

	2018	2017
Salários e ordenados a pagar	369.714	528.398
Provisão e encargos sociais s/férias	2.361.655	2.335.083
	2.731.369	**2.863.481**

12. Receita diferida

	2018	2017
Receita diferida (passivo circulante)	370.833	256.307
Receita diferida (passivo não circulante) **(a)**	5.058.655	5.078.454
	5.429.488	**5.334.761**

(a) Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 3(h), os recursos vinculados que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados são reconhecidos como uma receita diferida no passivo circulante e no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo do ativo imobilizado.

As principais imobilizações realizadas com recursos vinculados foram:

Programa	2017	Adição	Depreciação	2018
Igarassu (PE)	2.705.865	-	(75.174)	2.630.691
Igarassu - Reforma (PE)	877.496	3.600	(24.580)	856.516
Manaus (AM)	493.470	-	(19.743)	473.727
João Pessoa (PB)	5.110	-	(1.179)	3.931
Porto Alegre (RS)	1.075.131	116.574	(173.527)	1.018.178
Santa Maria (RS)	1.816	-	(397)	1.419
Juiz de Fora (MG)	3.365	-	(728)	2.637
Caicó (RN)	3.539	42.490	(468)	45.561
Foz do Iguaçu (PR)	140.369	28.457	(32.941)	135.885
Maceio (AL)	8.631	-	(1.002)	7.629
Goioere (PR)	17.992	32.053	(4.612)	45.433
Lauro Freitas (BA)	1.979	30.049	(1.986)	30.042
Brasilia (DF)	-	50.257	(3.487)	46.770
São Paulo (SP)	-	17.374	(854)	16.520
S.B.C (SP)	-	6.514	(291)	6.223
Rio de Janeiro (RJ)	-	1.950	(59)	1.891
Rio Claro (SP)	-	3.638	(195)	3.443
Refugiados Venezuelanos(BR) **(a)**	-	106.773	(3.781)	102.992
	5.334.763	**439.729**	**(345.004)**	**5.429.488**

(a) Em 2018 foi criado o plano emergencial, para atendimento dos refugiados venezuelanos em parceria com a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), na primeira fase do projeto, foram investidos R$ 106.773 para aquisição de imobilizado.

13. Promessa de venda de imóvel

Em julho de 2018, a Administração assinou o instrumento particular de promessa de venda da sede em São Paulo situada na rua José Coelho n°400 e 412, pelo valor de R$ 8.700.000, a ser recebido da seguinte forma:

R$ 2.700.000, no ato da assinatura em 27 de junho de 2018, a titulo de sinal;
R$ 2.000.000, na data de 27 de dezembro de 2018;
R$ 4.000.000, a serem pagos em 2 (duas) parcelas fixas, semestrais:

- 27 de junho de 2019;
- 27 de dezembro de 2019.

A posse da propriedade à promissária compradora, ocorrerá no momento da quitação total das parcelas, quando a Associação entregará o imóvel, transferindo todos os riscos e benefícios significativos, cumprindo com os requisito mencionado e baseando se nas práticas contábeis, ITG 2002 (R1) e a NBC TG 1000 (R1) para fins de refletir a baixa do valor do imóvel e o reconhecimento da receita.

No início de 2019 todos os requisitos contratuais para ser efetivada a transferência do imóvel foram atendidos pela Associação, restando pendente apenas o recebimento das 2 parcelas anteriormente referidas, e o resultado a ser apurado decorrente dessa operação será o seguinte:

Município do imóvel	Valor residual	Valor de venda	Ganho
São Paulo - sede	140.862	8.700.000	8.559.138

14. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Associação é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As movimentações na provisão para demandas judiciais nos exercícios de 2018 e 2017 são apresentadas a seguir.

	2018			
	Depósitos judiciais	Demandas judiciais	Depósitos judiciais líquido	Demandas judiciais líquido
Trabalhista (a)	104.485,00	(195.639)	-	(91.154)
Trabalhista (b)	-	(111.306)	-	(111.306)
Trabalhista (C)	184.539	-	184.539	-
INSS	2.085.325	(2.085.325)	-	-
Cível/Tributário	126.647	-	126.647	-
	2.500.996	**(2.392.270)**	**311.186**	**(202.460)**

	2017 (Reapresentado)			
	Depósitos judiciais	Demandas judiciais	Depósitos judiciais líquido	Demandas judiciais líquido
Trabalhista (a)	90.272	(108.540)	-	(18.268)
Trabalhista (b)	-	(112.340)	-	(112.340)
Trabalhista (C)	172.424	-	172.424	-
INSS	1.857.099	(1.857.099)	-	-
Cível/Tributário	49.088	-	49.088	-
	2.168.883	**(2.077.979)**	**221.512**	**(130.608)**

(a) Provisão para demandas judiciais, líquidas os depósitos judiciais correspondente;
(b) Provisão para demandas judiciais que não possuem depósito judicial correlato;
(c) Depósitos judiciais que não possuem demandas judiciais correlatas provisionadas.

Movimentação das demandas judiciais

	2017	2018				
	Saldo inicial	Adições	Reversões	Baixas	Atualização monetária	Saldo final
Trabalhistas	220.880	87.470	(62.081)	(33.648)	94.324	306.945
INSS	1.857.099	-	-	-	228.226	2.085.325
	2.077.979	87.470	(62.081)	(33.648)	322.550	2.392.270

	2016	2017				
	Saldo inicial (Reapresentado)	Adições	Reversões	Baixas	Atualização monetária	Saldo final
Trabalhistas	707.239	20.418	(381.832)	(135.900)	10.955	220.880
INSS	1.791.510	-	-	-	65.589	1.857.099
Cível	50.000	-	(50.000)	-	-	-
	2.548.749	20.418	(431.832)	(135.900)	76.544	2.077.979

Em 2018 a Associação realizou a reversão de R$ 62.081 referente ao recurso junto ao Tribunal Superior Trabalhista, que por unanimidade de votos, considerou-se indevida quanto ao tema de hora extras.

Movimentação dos depósitos judiciais:

	2017	2018			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo final
Trabalhistas	254.345	47.511	(29.928)	7.655	279.583
INSS	1.857.099	-	-	228.226	2.085.325
Cível/Tributário	57.439	75.393	-	3.256	136.088
	2.168.883	122.904	(29.928)	239.137	2.500.996

	2016	2017			
	Saldo inicial (Reapresentado)	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo final
Trabalhistas	251.662	182.410	(193.148)	13.421	254.345
INSS	1.782.710	-	-	74.389	1.857.099
Cível/Tributário	22.400	32.172	-	2.867	57.439
	2.056.772	214.582	(193.148)	90.677	2.168.883

Processos de natureza trabalhistas

As provisões trabalhistas foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da Associação quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A Associação adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

INSS quota patronal

As provisões tributárias referem-se à discussão relativa à cobrança de INSS sobre a Aldeias de São Bernardo do Campo/SP para os meses de novembro e dezembro de 1991 e exercícios de 1992 a 1999, período que a Aldeias de São Bernardo não recolheu a quota patronal apesar de não possuir Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e ainda não ter aderido ao processo unificação de todas as Aldeias no Brasil num único escritório nacional e CNPJ. O valor da quota patronal não recolhida está sendo provisionado com acréscimo de multa e juros e foi classificado pela Administração baseado na opinião dos assessores jurídicos, com risco de perda provável.

Em 31 de julho de 2014 foi realizado depósito judicial no valor de R$ 1.318.963 referente ao processo do INSS, para que o imóvel que estava sendo oferecido como garantia pudesse ser liberado deste processo. As atualizações desses depósitos judicias estão baseadas na taxa selic acumulada.

Demandas judiciais de perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Associação ainda possui processos de natureza trabalhista, tributária/cível que foram avaliadas pelos consultores jurídicos com risco de perda possível, sendo que o montante total envolvido em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 805.093 (R$ 1.552.278 em 2017) e R$ 142.091 em 31 de dezembro de 2018 (R$ 1.012.474 em 2017), respectivamente.

15. Patrimônio liquido

O patrimônio social da Associação foi inicialmente constituído por doações e formado pelos superávits acumulados.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio líquido remanescente é destinado para outra entidade congênere integrante do sistema SOS ou, na ausência desta, para outra entidade afim, respeitando-se a unidade federativa onde estiver localizado o patrimônio, devidamente registrado no Conselho Nacional de Assistência Social, ou uma entidade pública.

16. Partes relacionadas

A Associação possui em seu Estatuto Social a obrigação de utilizar como modelo a metodologia e os princípios da SOS - Kinderdorf International.

Em relação às operações realizadas no exercício de 2018, a Associação teve receita de doações internacionais de outras Aldeias SOS reconhecidas no resultado nos montantes de R$ 9.659.736 (R$ 10.450.572 em 2017). Os valores recebidos nos exercícios de 2018 e 2017 são apresentados na Nota Explicativa nº 17.

Em relação aos saldos patrimoniais, em 31 de dezembro de 2018, a Associação possui R$ 5.429.488 (R$ 5.334.761 em 2017) de doações recebidas registradas na rubrica de receita diferida (conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 12).

Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho Diretor e Conselho Fiscal. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

17. Receita

17.1. Doações internacionais entre partes relacionadas

	2018	2017
Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGFD	7.193.190	7.575.878
SOS - Kinderdorpen	-	864.286
SOS - Suíça	-	319.143
SOS - Espanha	277.584	-
SOS - Estados Unidos da América	-	82.902
SOS - PSA MB Fee	1.666.529	1.351.801
Outras	522.433	256.562
Total de doações internacionais entre partes relacionadas	**9.659.736**	**10.450.572**
Padrinhos Viena	1.762.581	2.159.836
Total de doações internacionais	**11.422.317**	**12.610.408**

17.2. Subsídios governamentais

	2018	2017
Subsídios Municipais		
São Paulo - SP	3.109.017	2.950.629
São Bernardo do Campo - SP	1.519.984	1.661.411
Poá - SP	1.050.890	563.778
Campinas - SP	2.217.271	2.143.441
Juiz de Fora - MG	1.323.635	1.520.524
Foz do Iguaçú - PR	1.573.950	1.381.150
Porto Alegre - RS	1.929.051	1.348.272
Rio Claro - SP	1.722.808	1.489.073
Natal - RN	1.027.541	1.001.647
Santa Maria - RS	826.706	1.420.698
Caçapava - SP	400.367	814.504
Lorena - SP	758.684	708.153
Limeira - SP	1.093.893	946.069
Aracaju - SE	5.680	-
Goioerê - PR	610.997	335.193
Maceió - AL	1.002	212.738
Mossoró - RN	237.972	227.625
Igarassu - PE	1.101.497	849.486
Caicó - RN	441.186	353.907
Areia Branca - RN	80.783	35.728
João Pessoa - PB	46.556	37.199
Carnaúba dos Dantas - RN	-	26.434
Quarto Centenário - PR	42.171	36.326
Nova Cruz - RN	-	1.615
Serra Negra do Norte - RN	17.269	8.978
Acari - RN	28.985	21.548
Parelhas - RN	-	8.309
Jardim de Piranhas - RN	17.871	9.331
Jardim do Seridó - RN	-	6.138
Lauro de Freitas - BA	463.979	189.805
Poço Branco - RN	27.052	10.974
Assu - RN	-	1.141
Manaus - AM	156.053	44.362
Outras	144.338	53.217
Subtotal	**21.977.188**	**20.419.401**

	2018	2017
Subsídios Estaduais		
Caicó - RN	15.702	2.612
Lauro de Freitas - BA	63.445	72.427
Brasilia - DF	767.314	-
Poá - SP	164.440	80.382
S.B.C - SP	-	38.934
Manaus - AM	243.202	459.185
Igarassu - PE	64.007	49.097
Rio Claro - SP	54.112	44.679
Foz do Iguaçú - PR	68.965	-
Porto Alegre - RS	8.935	-
Subtotal	**1.450.122**	**747.315**
Subsídios Federais		
Foz do Iguaçú - PR	14.475	10.467,78
Igarassu - PE	192.905	-
Lorena - SP	119.891	120.083
Limeira - SP	401.861	569.451
Subtotal	**2.278.440**	**1.808.457**
Total de subsídios governamentais	**25.705.750**	**22.975.173**

	2018	2017
Amigos	9.581.875	8.863.618
Empresas	365.442	643.133
Fundações filantrópicas		
Alcoa	-	49.418
ACNUR	1.811.011	-
CNBB Paranoart	738	-
Coca Cola	35.338	55.752
Conrado Wessel	130.000	50.000
Embaixada da Irlanda	191	17.611
Fundação Prada	24.448	79.207
Herbalife	48.165	55.669
Inbetta	19.771	248
IKMR	-	189.067
Mapfre	122.107	48.909
Telefônica	48.241	158
UPS	76.526	-
Camp SBC Centro de Form E Integrada	13.936	27.151
Outros	1.850	2.500
Mercadorias	1.201.754	153.840
Eventos e produtos	303.581	283.269
Heranças e legados	56.298	1.221.613
Total de doações nacionais	**13.841.272**	**11.741.162**

Doações nacionais de fundações filantrópicas: em 2018 foi criado o plano emergencial para atendimento dos refugiados venezuelanos em parceria com a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), gerando um montante de doações nacionais de fundações filantrópicas de R$ 1.422.915.

18. Despesas com pessoal

	2018	2017
Salários e encargos sociais	(23.360.069)	(25.071.182)
Benefícios	(3.203.411)	(3.182.967)
Indenizações	(437.516)	(580.258)
	(27.000.996)	**(28.834.407)**

19. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Serviços de terceiros	(4.354.543)	(3.676.283)
Despesas com alimentação	(2.832.192)	(2.757.135)
Manutenção, conservação e reparo	(2.617.272)	(1.826.607)
Despesas com água, energia elétrica e telefone	(1.935.408)	(1.982.387)
Veículos e conduções	(1.357.840)	(1.432.238)
Aluguéis	(1.742.242)	(1.728.654)
Despesas com materiais escolares, medicamentos e vestuári	(1.681.040)	(1.367.475)
Membresia SOS (a)	(1.666.529)	(1.351.801)
Materiais de escritório, higiene e limpeza	(1.004.270)	(788.946)
Despesas com casa lar	(370.635)	(276.042)
Consultoria	(194.943)	(130.785)
Gastos com as crianças (atividades culturais, entreteniment	(93.418)	(131.249)
Outras	(1.159.773)	(1.414.916)
	(21.010.105)	**(18.864.518)**

(a) Membresia refere-se ao custo para a utilização da marca "Aldeias Infantis SOS". Até o ano de 2011 este montante era calculado ao percentual de 4% sobre o valor total arrecadado nacionalmente. Já em 2012, a Organização (a nível mundial) realizou um estudo para viabilizar a redução dos gastos que as Associações Nacionais vinham assumindo com a cota de Membresia, onde então ficou decidido que o Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGFD assumiria este custo. A partir de 2013, mudou-se a metodologia de cálculo sobre o valor da Membresia de cada Associação Nacional, onde o montante a ser tomado em conta é o total captado pelas Associações Promotoras em função de cada país. O valor apresentado em 2018 e 2017 é um referencial contábil, pois não houve desembolso de caixa para a Associação Nacional. O montante foi assumido pelas Associações Promotoras, a contrapartida deste valor está no grupo de receitas internacionais.

20. Despesas com captação de doações voluntárias

	2018	2017
Publicidade e comunicação	(604.580)	(553.241)
Serviço de captação de doações voluntárias - Face to Face	(2.578.233)	(6.249.770)
	(3.182.813)	**(6.803.011)**

21. Outras receitas operacionais líquidas

	2018	2017
Receita na venda de ativo imobilizado	459.874	7.649.290
Baixa custo e depreciação do ativo imobilizado	(6.284)	(126.228)
Atualização de depósito judicial	239.135	90.677
Constituição de provisão para demandas judiciais	(409.726)	(320.357)
Reversão e baixa de provisão para demandas judiciais	95.729	409.808
Outras entradas/saídas	127.858	(10.391)
	506.586	**7.692.799**

(a) Composição do resultado na venda de ativos imobilizados em 2018.

22. Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(497.194)	(301.281)
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações financeiras	385.998	106.166
	(111.196)	**(195.115)**

A variação dos rendimentos financeiros refere-se basicamente, a movimentação das aplicações financeiras demonstradas nas Notas Explicativa n° 4.

23. Trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebida durantes os exercícios de 2018 e 2017.

O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas do valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:

	2018		
Descrição	Conselho Diretor	Conselho Fiscal	Total
Honorário profissionais internos	394.586	106.481	501.067

	2017		
Descrição	Conselho Diretor	Conselho Fiscal	Total
Honorário profissionais internos	165.934	39.514	205.448

No trabalho desenvolvido pelo Conselho Diretor e pelo Conselho Fiscal foi tomado como base o valor hora dos membros do Conselho de Administração, conforme divulgado pelo estudo do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

24. Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos financeiros

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Associação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações e em títulos de investimento.

Para mitigar esses riscos, a Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa.

A Administração não espera que qualquer contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis era de:

	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	234.848	197.352
Aplicações em fundos de investimentos	4	11.628.602	5.165.571
Título de capitalização	4	50.000	50.000
		11.913.450	5.412.923

	Nota	2018	2017
Contas de poupança - Ativo	8	1.569.042	1.725.371

	Nota	2018	2017
Depósitos judiciais	14	2.392.270	2.077.979

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Associação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

A Associação apresentava em 31 de dezembro de 2018 saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras R$ 11.913.450 (R$ 5.412.923 em 2017) frente ao passivo circulante na mesma data base de R$ 8.218.994 (R$ 3.924.448 em 2017) o que representa uma liquidez livre de R$ 3.694.456 (liquidez livre de R$ 1.488.475 em 2017).

As maturidades contratuais de passivos financeiros são de até 6 meses para os fornecedores que possuem saldos de R$ 208.241 em 31 de dezembro de 2018 (R$ 443.333 em 2017), não havendo nenhum passivo financeiro com vencimento superior a 6 meses.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de prestação do serviço de assistência social. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de deposito interbancário e fundos renda fixa.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2**: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3**: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - nível 2

	2018	2017
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:		
Aplicações em fundos de investimentos	11.913.450	5.412.923
Ativos financeiros a valor justo por meio do patrimônio:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	388.956

25. Imunidade tributária

Tendo em vista que a Associação não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ela está imune ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, ao Programa de Integração Social - PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e aos impostos municipais e estaduais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional - CTN.

A Associação possui os seguintes registros de suas atividades:

- Reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme publicado no Diário Oficial da União em 20 de abril de 1995;
- Certificado de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto 48.451, de 20 de janeiro de 2004, renovado em 24 de abril de 2018;
- Certificado de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 32.064, de 17 de agosto de 1992, alterado pelo Decreto nº 43.302, de 04 de junho 2003, valid até 05 de agosto de 2019;
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (conforme o Decreto 6308/2007 que teve seus parâmetros nacionais definidos por meio ao Conselho Municipal de sua sede - no caso Conselho Municipal de Assistência Social - SP com validade por tempo indeterminado);
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - SP, registro nº 0162/1994, com validade até 31 de julho de 2019;
- Declaração ITCMD com validade até 28 de abril de 2022.

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Associação possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social com validade até 13 de agosto de 2015 e em processo de renovação.

Além disso, a Associação cumpre os seguintes requisitos previstos no artigo 29 da Lei nº 12.101/2009 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social:

- Não percebam seus Diretores, Conselheiros, Sócios, Instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Apresente as demonstrações contábeis devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

A Associação possui a totalidade de suas ações sociais efetuadas de forma gratuita sendo o tipo de assistência que presta associado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo incorrido em despesas operacionais (despesas com pessoal, administrativas e gerais, e despesas com captação de doações voluntárias) na consecução de seus objetivos sociais no montante de R$ 51.193.194 em 2018 (R$ 54.324.363 em 2017), tendo usufruído de isenções previdenciárias (quota patronal) no montante de R$ 3.806.310 em 2018 (R$ 4.154.044 em 2017).

A aprovação dos cálculos, bem como das premissas utilizadas pela Associação estão vinculadas às prestações futuras de contas junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

26. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

- Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo);
- Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

27. Seguros

A Associação mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando, fundamentalmente a natureza das suas atividades e as orientações de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Eventos subsequentes

Em 07 de março de 2019, a Associação recebeu o montante de R$ 1.635.600, para operacionalização do "Centro de Saúde e Apoio Familiar Lis Mosekilde", no município de Araçoiaba, Pernambuco, para atendimento da comunidade em seu entorno.

Pedro Paulo Elejalde de Campos
Diretor-presidente

Sandra Greco da Fonseca
Gestora Nacional

Mario Probst
Diretor Tesoureiro

Fábio da Silva Santos
Contador CRC 1SP276273/O-0